



# VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



## *OS CORCUNDAS E OS PERIQUITOS: A VISÃO ÁULICA SOBRE A REVOLTA DOS PERIQUITOS NA BAHIA*

Arthur Ferreira Reis<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 1824 ocorreu a Revolta dos Periquitos na Bahia. Insatisfeitos com o atraso no salário, os constantes deslocamentos dentro da província baiana, os castigos físicos e as ordens vindas do governo que deixavam insatisfeitos os militares, diversos setores da população baiana, principalmente os militares, se uniram para iniciar uma revolta dentro de Salvador, tomando a cidade e assassinando o Governador das Armas, Felisberto Caldeira Brant. Diante desse acontecimento, um jornalista áulico do Rio de Janeiro, Pedro Plancher, iniciou a publicação de uma série de notícias sobre o ocorrido. Buscando fortalecer o projeto áulico através da opinião pública, o jornalista francês deu voz à opinião áulica sobre o acontecimento e expôs a linguagem política áulica através do conflito que ocorreu na Bahia. Essa comunicação busca explorar essas notícias como meio de compreender o projeto político exposto por Plancher através de seu periódico *Spectador Brasileiro*, e relacionar esse projeto com a linguagem política pedrina.

**Abstract:** In 1824 the Revolta dos Periquitos occurred in Bahia. Unhappy with the wage arrears, the constant displacements within the province of Bahia, physical punishments and orders from the government that left the military unsatisfied, several

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFES. Email: arthurfr23@gmail.com

sectors of the people, especially the military, came together to initiate a revolt within Salvador, taking the city and murdering the Governor of Arms, Felisberto Caldeira Brant. Faced with this event, a journalist from Rio de Janeiro, Pedro Plancher, began to publish a series of news about the event. Seeking to strengthen on the public opinion the aulic political project, the French journalist gave voice to the project through of the event and exposed the concerns and political project aulic of the newspapers through the conflict that occurred in Bahia. This communication seeks to explore these news as a means of understanding the political project exposed by Plancher through his journal *The Brazilian Spectator*, and to relate this project with the political language pedrina.

## Introdução

O Primeiro Reinado foi marcado pelo assentamento da nova autoridade imperial e de questionamento sobre suas bases (SILVA, 2005). Ainda carente de definições mais concretas sobre os deveres e direitos dos cidadãos, revoltas eclodiram pelo Brasil, algumas ganhando mais reconhecimento, como a Confederação do Equador, e outras que acabaram sendo esquecidas pelas pesquisas históricas, como a Revolta dos Periquitos.

Atualmente, algumas pesquisas têm buscado reinterpretar essas revoltas através de novos métodos. Fugindo de uma interpretação positivista, se importando com o que vai além dos fatos, levantando novas questões e contribuindo para uma melhor compreensão das tensões sociais do período. Essa pesquisa busca se aproximar dessas interpretações. Aqui, não se preocupa com o que os documentos oficiais disseram sobre o acontecimento, nem com os fatos em si. Nosso objetivo é compreender como parte da elite intelectual utilizou a Revolta dos Periquitos para justificar um projeto político. Através das páginas do *Spectador Brasileiro*, buscaremos mostrar como Plancher, seu redator, defendeu o governo de D. Pedro I utilizando a revolta como forma de expor e defender a autoridade do Imperador.

## A Revolta dos Periquitos

A Revolta dos Periquitos não pode ser compreendida sem antes conhecermos alguns aspectos gerais da Bahia pós-independência. Segundo João José Reis, a economia baiana se encontrava numa crescente econômica desde 1780. Porém, após a independência, incorreu sobre a província baiana uma profunda depressão econômica, verificável através da queda dos salários e da subida repentina dos preços de produtos básicos (REIS, 1976).

Com a alta dos preços e o grande desemprego que assolou a província após a independência, as camadas mais pobres tiveram suas vidas assoladas pela miséria, incentivando uma atitude rebelde perante as autoridades. O desemprego veio a colaborar para o medo das elites perante a população. Juntos, desempregos, pobres e soldados negros – inseridos, em sua maioria, no Batalhão dos Periquitos -, formavam um grupo que assustava as elites baianas (REIS, 1976).

Ainda pouco estudada pela historiografia, a Revolta dos Periquitos foi um dos reflexos dessa situação e do processo de independência. Ela se constituiu de um levante militar feito por um batalhão majoritariamente negro formado na guerra de independência. Como faltavam soldados para lutar na guerra, Pierre Labatut, comandante das tropas patrióticas, utilizou-se do expediente de alistar escravos de senhores de engenho portugueses. O problema foi que, ao fim da guerra, grande parte desses escravos foram libertados e continuaram servindo ao que ficou conhecido como Batalhão dos Periquitos. A permanência desses homens em Salvador causou o descontentamento da elite local, pois temiam que esses soldados colaborassem para uma suposta revolta negra. Constantemente eram feitos planos de deslocamento do Batalhão dos Periquitos, mas sempre, sejam por motivos administrativos ou motivos casuais, eram frustrados, o que deixava a elite baiana ainda mais descontente (KRAAY, 2002).

O estopim para a revolta se deu quando finalmente houve um avanço no sentido de retirar o batalhão de Salvador. Em 21 de outubro de 1824 foi anunciado o transporte do batalhão para Pernambuco e o envio do popular Major José Antônio da Silva Castro para o Rio de Janeiro. Esses dois fatores, somados aos conflitos étnicos entre portugueses e brasileiros, os constantes castigos físicos e o atraso do soldo fez com que os militares se unissem e iniciassem o levante.

Além dos problemas sociais, Hendrik Kraay e João José dos Reis também apontam para divergências políticas. Segundo os autores, alguns líderes da Revolta tinham um discurso alinhado à Confederação do Equador (REIS; KRAAY, 2009), ou seja, contrários à dissolução da constituinte e, até mesmo, favoráveis à instalação da república (REIS; KRAAY, 2009). A chegada das notícias da dissolução e a forte repressão aos confederados pernambucanos tornou o batalhão hostil a qualquer autoridade enviada pelo Rio de Janeiro e catalisou a violência da revolta.

Seja como for, em 24 de outubro o levante foi iniciado. O batalhão iniciou o tumulto nos quartéis, subverteu outros batalhões e tomou a cidade de Salvador. No meio dos conflitos, o Governador das Armas Felisberto Caldeira Brant foi assassinado, e temendo por suas vidas, o Presidente da Província e grande parte da elite se refugiaram no interior baiano. Pelo que se demonstra nos jornais da época, Salvador se transformou num campo de batalha entre portugueses e soldados do Batalhão dos Periquitos, do que se seguiu muitos assaltos, agressões e até assassinatos. Não só Salvador como também seus arredores ficaram marcados pela violência. Descontentes com a intensa miséria, os revoltosos se juntavam ao restante da população empobrecida pela crise econômica e assaltavam comerciantes e fazendas do arredor de Salvador. Nos momentos de maior radicalismo, a república chegou a ser exaltada em detrimento da autoridade monárquica (REIS, 1976).

Diante do medo de ver suas propriedades tomadas pelos militares, os grandes proprietários baianos se uniram aos portugueses, constantemente agredidos pelas classes mais baixas da população, e buscaram financiar a retomada de Salvador. Após

um mês marcado por conflitos e negociações, a maioria dos revoltosos concordaram com a rendição e desocuparam a cidade. Ao fim da revolta, grande parte do batalhão foi transferida para Pernambuco e outros foram expulsos da corporação (KRAAY, 2002), enquanto os líderes foram julgados por uma comissão militar especial.

## Os áulicos do Primeiro Reinado

Ainda pouco estudada no que concerne ao Primeiro Reinado, a facção áulica ganhou reconhecimento principalmente no Segundo Reinado através do opúsculo *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a facção áulica* (SILVA, 1847) de Firmino Rodrigues da Silva em 1847. Acusando o grupo de se reunir em torno do Imperador, formando um grupo de cortesãos extremamente influentes na política do Segundo Reinado, Silva os caracterizou como uma força oculta e extremamente influente, que “Ocultou-se nas sombras, socorreu-se ao seu expediente predileto - intrigou, e enredou” (SILVA, 1847, p.9) para alcançar seus objetivos. Porém, já no Primeiro Reinado, Maria Graham em seus escritos pessoais já denunciava a influência dos “cortesãos” sobre D. Pedro I, sem caracteriza-los como uma facção. Em seu *Esboço Biográfico de D. Pedro I*, acusou os cortesãos de orquestrarem sua demissão do palácio e embaraçar D. Leopoldina perante o Imperador (CALLCOTT, 2010).

A influência que os cortesãos exerciam sobre os reis também já foi analisada pela historiografia. Através da proximidade com o rei, sendo muitas vezes os responsáveis diretos por atividades domésticas no palácio e, com isso, capazes de manter contato diário com os reis, muitos nobres utilizavam de sua influência e persuasão para conseguir cargos políticos e montar uma rede de clientelismo que se espalhava pela Corte, tornando-os verdadeiros chefes de facções dentro e fora do palácio. Júlio Bentivoglio chamou a atenção para esse fato. Segundo o autor, “a presença na corte e a proximidade com os regentes e o imperador” com certeza, “constituíam-se em um

elemento real e movediço de inserção e de projeção políticas” (BENTIVOGLIO, 2010, p.12).

A facção áulica no Primeiro Reinado uniu-se para defender o governo de D. Pedro I em várias frentes. Seja na imprensa ou na tribuna, esses homens, por interesses econômicos, sociais ou mesmo concordância com o projeto de governo do rei, faziam as vezes de “soldados” do Imperador no meio sociopolítico. Como a imprensa se definia como um espaço privilegiado de debate político na época, não poderiam faltar jornais áulicos que atuassem no espaço público, e um dos principais jornais áulicos do período foi o *Spectador Brasileiro* de Plancher.

O jornal *Spectador Brasileiro* começou a ser impresso no dia 1 de julho de 1824, e durou até meados de 1827, contabilizando duzentas e sessenta e seis edições. Inicialmente, o jornal seria diário, mas com o passar do tempo sua periodicidade variou, dependendo dos acontecimentos. O preço era de quarenta reis por jornal ou vinte mil réis por ano. Circulava não só no Rio, mas também em Minas Gerais através de enxertos publicados pela *Abelha de Itaculumy* e pelo *Universal*, além de ser vendido também no Rio Grande do Sul.

O responsável pelo jornal foi o francês Pedro Plancher, famoso historicamente pela criação do *Jornal do Commercio* e pela sua tipografia e livraria no Rio de Janeiro. Segundo Pacheco, Plancher chegou no dia 27 de março de 1824 (PACHECO, 1917), trazendo consigo uma ampla experiência de escritor e tipógrafo da França, onde publicava inúmeras obras e escrevia panfletos políticos e de exaltação à Napoleão Bonaparte. No período em que permaneceu no Brasil, que vai de 1824 até 1834, fundou dois jornais, o *Spectador Brasileiro* (que será a fonte de nossa pesquisa), o *L'Indépendant – Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* e o quase bicentenário, *Jornal do Commercio*. Após a abdicação de D. Pedro e a Monarquia de Julho na França, Plancher voltou para a França.

## O *Spectador* e a Revolta dos Periquitos

Através de extratos dos periódicos baianos *Grito da Razão* e *Independente Constitucional*, o *Spectador* fez ampla campanha em prol da ordem que necessitava ser recuperada após os tumultos ocorridos em Salvador. No total, cerca de doze cartas ou notícias foram extraídas dos jornais baianos sobre a revolta militar. Dessas cartas e notícias, alguns comentários foram feitos por Plancher, elucidando suas opiniões político-sociais.

As primeiras notícias referentes à Revolta foram publicadas no *Spectador* em vinte e dois de setembro de 1824. A reação do periódico em relação às notícias foi de descrédito, pois acreditava que a província permanecia em ordem graças às ações dos governantes, como era “esperado” nos locais que aderiam ao governo imperial (BRASILEIRO, nº37).

O jornal realmente demonstrava fé na capacidade dos governantes da província em manter a ordem. Dois dias depois, um extrato retirado do *Independente Constitucional* e publicado no jornal, afirmava que “por mais danadas que fossem as tramoias” armadas pelos “inimigos do bem da ordem e do Império”, confiava na “firmeza de caráter do Presidente” e na “incansável atividade do bravo General das Armas da Província” (BRASILEIRO, nº37).

Após esses dias, não se teve mais notícias da Bahia. Agitado pela queda de Recife com o julgamento dos confederados, o periódico nada mais noticiou sobre os acontecimentos de Salvador.

Porém, em quatorze de novembro de 1824, chegou a notícia de um “Um crime horrendo, um crime que chama sobre seus autores a vingança de Deus e dos Homens” (BRASILEIRO, nº58), o assassinato de Brant. Nesse mesmo periódico foi impresso um extrato sobre a morte de Brant. Esse extrato foi formado por ofícios circulares das autoridades baianas, e o sentimento exposto era de exasperação e desespero da população, onde, segundo o *Spectador*, em todas “as partes se está invocando não

somente a autoridade do Imperador, mas até a do Presidente da Província” (BRASILEIRO, nº58).

As próximas notícias não eram nada boas. A Bahia, segundo o periódico, estava “em um estado assaz penoso de crime e exasperação”. A indisciplina dos soldados do Batalhão dos Periquitos e “outros soldados de sua laia era extrema, e havia sempre perigo em abrir as lojas” (BRASILEIRO, nº62).

De acordo com o periódico, através de cartas anônimas, a ordem só retornou um mês depois. Em treze de dezembro chegava-se, por meio do “navio Nacional Tibério”, a notícia de que a paz havia sido restabelecida na Bahia, e que se poderia “contar agora com a Bahia sossegada por longo tempo” (BRASILEIRO, nº68).

Em fins de 1824 o periódico anunciou medidas que poderiam ajudar a consolidar a ordem nas províncias brasileiras, medidas essas que passavam pela investidura de “autoridades competentes” com “todo aquele grau de energia, que se pode conciliar com a moderação, porém com a moderação bem entendida, a qual se não parece nada com a frouxidão” (BRASILEIRO, nº72). Uma carta publicada por um baiano anônimo afirma que tal autoridade teria sido investida pelo Imperador na pessoa do novo Governador das Armas, que, com suas medidas, tornou possível “uma pessoa tratar de seus negócios, e ir de dia, e de noite sem receio de ser insultada ou espancada” (BRASILEIRO, nº79). A paz havia sido conquistada graças à habilidade do Imperador em escolher um Presidente que o “Povo da Bahia ama em supremo grau”, que, ao mesmo tempo, “justifica a escolha de S. M. o Imperador, e ao mesmo tempo mostra quanto S. M. I. se interessa pela prosperidade dos Brasileiros” (BRASILEIRO, nº180).

O fim da Revolta marcava não só o encerramento da desordem em Salvador, mas também a vitória de um governo monárquico capaz de garantir a ordem em suas mais distantes localidades. A instituição de um novo Governador das Armas na Bahia, a derrota dos desordeiros e a prosperidade que voltava à província só foi possível pela habilidade de comando do Imperador. Toda fé pública deveria ser depositada nele, pois ele era o único capaz e o mais interessado na prosperidade e ordem do Brasil.



## Conclusão

Buscando influenciar a opinião pública, Plancher, pelo seu jornal, buscou expor um projeto político no qual o imperador, através de sua escolha para o Presidente de Província, levou a ordem para Salvador finalizando uma revolta causada por anarquista e perturbadores da ordem. Mais uma vez o projeto político áulico era reforçado através dos jornais. Esse projeto estabelecia o monarca como o único capaz de assegurar a ordem e o desenvolvimento do Brasil, o que só seria possível através de um governo forte e centralizado. Tais características endossavam a *linguagem política pedrina*, e seus principais defensores eram os áulicos.

## Referências Bibliográficas

- BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos*, Vitória, vol. 14, n. 3, p. 535-556, 2010.
- CALLCOTT, Maria. *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.43, 2002.
- O Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de Plancher, 1824-1826.
- PACHECO, Felix. *Hum Francez Brasileiro*: Pedro Plancher. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1917.
- REIS, João José. A elite baiana face os movimentos sociais: Bahia (1824-1840). *Revista de História*, São Paulo, v.54, n.108, p.341-384, 1976.

---

\_\_\_\_\_; KRAAY, Hendrik. "The Tyrant Is Dead!" The Revolt of the Periquitos in Bahia. **Hispanic American Historical Review**. Duke University, v.89, n.3, 2009.

SILVA, Ana Clolet da. De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 02, 2005.

SILVA, Firmino Rodrigues da. **A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. de Francisco de Paula e Brito, 1847.